



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Especialização em Relações Internacionais

Políticas energéticas e relações Brasil – China no setor petrolífero: impactos da descoberta do pré-sal

*Brazil and China energy policies and oil sector relationship:
pre-salt discovery impacts*

Aluna: Thaís Francielle Hamilko

Orientadora: Danielly Silva Ramos

Brasília, maio de 2020

Resumo

A descoberta do pré-sal foi largamente noticiada pelo Brasil, quando o país passou rapidamente de importador de petróleo para um dos países com maior potencial de produção. Essa commodity foi alvo de muita discussão política interna, uma vez que além de ser uma matéria-prima estratégica é responsável por montantes consideráveis de arrecadação de impostos para o governo. Para explorar e produzir o petróleo, além do desenvolvimento de uma nova tecnologia, o Brasil precisou buscar capital no mercado internacional. A China, que se tornou o maior parceiro econômico do Brasil na década de 2010, foi um forte investidor no setor energético brasileiro. A relação bilateral se apresentou em forma de investimento, parcerias e mercado consumidor, uma vez que a China experimentava um crescimento econômico acelerado e a segurança energética tornou-se um dos pontos críticos de seu planejamento de desenvolvimento. Após analisar as políticas energéticas do Brasil e da China e a relação sino-brasileira no setor petrolífero, a conclusão central a que se chegou neste artigo foi que houve, de fato, um enorme impacto da descoberta do pré-sal nas relações bilaterais tanto nos aspectos políticos quanto econômicos, sob a forma de aumento de investimentos e empréstimos chineses ao Brasil e de exportações do petróleo brasileiro para a China.

Palavras-chave: Pré-sal, Políticas energéticas, Brasil, China, Relações Bilaterais, Energia, Economia.

Abstract

Brazil extensively announced pre-salt discovery, when the country quickly moved from an oil importer to one of the countries with the greatest production potential. This commodity has been subject of recurrent internal political discussion, since in addition to be a strategic raw material, it is responsible for considerable portion of government tax revenue. Besides the development of a new technology, Brazil needed to raise capital in the international market, in order to explore and produce pre-salt oil. China, which became Brazil's largest economic partner in the 2010s, was a strong investor in the Brazilian energy sector. The bilateral relationship was consolidated in form of investment, partnerships and the consumer market, since China was experiencing accelerated economic growth and energy security became one of the critical points of its development planning. After analyzing the energy policies of Brazil and China and the oil sector Sino-Brazilian relationship, the central conclusion reached in this article is there was, in fact, a huge impact of pre-salt discovery in bilateral relations in political and economic aspects, in the form of increased Chinese investments and loans to Brazil and exports of Brazilian oil to China.

Keywords: Pre-salt, Energy policies, Brazil, China, Bilateral Relations, Energy, Economy.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
2	O DESAFIO CHAMADO PRÉ-SAL.....	9
3	POLÍTICA ENERGÉTICA DA CHINA E DO BRASIL	12
3.1	Política energética do Brasil	12
3.2	Regimes fiscais aplicados ao petróleo brasileiro.....	15
3.2.1	Regime fiscal de concessão.....	16
3.2.2	Regime fiscal da cessão onerosa.....	17
3.2.3	Regime fiscal de partilha de produção	17
3.3	Política energética da China	18
4	Relações bilaterais sino-brasileiras	23
4.1	Relações econômicas Brasil - China	25
4.2	Parceria Brasil-China no setor Petrolífero.....	28
4.3	Investimentos Chinês no mercado petrolífero brasileiro.....	30
4.3.1	Exportação de petróleo	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6	Referências	37

Lista de Figuras

Figura 1: Esquemático do tempo de descoberta das primeiras reservas do pré-sal (Petrobrás 2007)	10
Figura 2: Mapa com a representação do polígono do pré-sal (elaboração própria 2020)	18

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Produto Interno Bruto das atuais 9 maiores economias mundiais (International Monetary Fund 2019).....	12
Gráfico 2: Produção de petróleo no Brasil (milhões de barris/dia) (Mendes, et al. 2019)	14
Gráfico 3: Consumo de energia da China (The World Bank 2014)	20
Gráfico 4: Comércio bilateral entre Brasil e China (OEC 2017).....	24
Gráfico 5: Principais destinos das exportações brasileiras (OEC 2017).....	26
Gráfico 6: Diversidade de produtos exportados do Brasil para a China (OEC 2017)	27

Lista de Tabelas

Tabela 1: Estimativa da ascensão do Brasil no ranking mundial de reservas de petróleo e gás (Cedro 2014).....	11
Tabela 2: Evolução das matrizes de energia elétrica da China (Vieira Santana 2015)	21
Tabela 3: Principais indicadores de energia – China (Vieira Santana 2015)	23
Tabela 4: Taxa de crescimento de exportações do Brasil para a China.....	28
Tabela 5: Panorama dos investimentos e cooperação chineses no setor brasileiro de petróleo e gás (International Energy Agency 2013)	31
Tabela 6:Produção de petróleo - Pré-sal e Pós-sal (mil barris) (ANP, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019 2019) ..	32
Tabela 7: Destino da Exportação de Petróleo Brasileiro (ANP, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019 2019)	33

1 INTRODUÇÃO

O petróleo é a matéria-prima que dá origem aos combustíveis mais utilizados no mundo desde o século XX. Com o desenvolvimento econômico e social e a melhoria nas condições de vidas das pessoas, o consumo de energia e a dependência do petróleo tende a aumentar a cada ano. Desde o início da década de 1970, a segurança energética tornou-se foco de atenção internacional devido à primeira crise do petróleo (Liao 2015).

Um importante marco para o setor energético brasileiro ocorreu em novembro de 2007, quando a Petrobras divulgou a descoberta de enormes reservas de petróleo e gás na chamada camada pré-sal, localizada em águas profundas da costa brasileira, mais especificamente entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo (Barbassa 2007). A consagrada lei econômica da Oferta e da Procura influencia tanto a determinação de preços do mercado, quanto a estabilidade, ou insegurança, das transações comerciais. Partindo desse princípio, a produção brasileira proveniente do pré-sal brasileiro gerou um excedente de oferta; logo, para atingir uma estabilidade comercial, foi preciso a acomodação dessa produção em um mercado destinatário.

No mesmo período em que o Brasil anunciou ao mundo uma descoberta gigante de reserva de petróleo, tornava-se uma questão imperativa para a China garantir a segurança e diversificação de suas importações de petróleo. A China experimentou um crescimento econômico exponencial nas últimas décadas, rompendo as barreiras de uma economia fechada e planejada centralmente para evoluir para um centro de manufatura e exportação mundial.

Atualmente, segundo tanto a Petrobras quanto a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a maior parte do petróleo brasileiro não processado é exportada para a China. Esse artigo pretende desenvolver a análise crítica de como as relações bilaterais entre Brasil e China evoluíram e foram impactadas por essa dinâmica comercial, sobretudo a partir da descoberta do pré-sal.

Segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre 1990 e 2008, a economia mundial cresceu em uma média anual de 3,6%, sendo que o crescimento econômico da China no mesmo período foi em média de 10,3% ao ano (International Monetary Fund 2019). Dessa forma, por volta do ano de 2008, o cenário internacional identificava a China como um impulsionador do crescimento econômico mundial. Nessa mesma época, o Brasil iniciava a sua procura por investimentos para explorar o pré-sal, assim como um mercado de destino desse novo petróleo. Essa situação favoreceu uma convergência de interesses, resultando em uma rápida aproximação política e econômica entre Brasil e China. Ambos os países tiveram o setor energético e suas políticas de desenvolvimento fortemente impactados por essa relação bilateral.

A partir do cenário apresentado, o presente artigo tem como objetivo responder aos seguintes questionamentos sobre a relação entre Brasil e China, principalmente no setor petrolífero: como a relação bilateral Brasil e China foi impactada com o anúncio da descoberta do pré-sal? Quais fatores prejudicaram ou incentivaram esta relação no setor petrolífero? Qual é a tendência no futuro?

Segundo as linhas de pesquisa sugeridas pela Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), este artigo tem como área temática a Economia Política Internacional. Englobando uma ampla gama de interesses e abordagens, o eixo principal de preocupação da análise situa-se nas interações e interseções entre economia e política envolvendo os dois países. Os fluxos monetários, de mercadorias, serviços, pessoas e ideias através das fronteiras que expressam tal interação entre economia/política são objeto de atenção no desenvolvimento do tema.

Para auxiliar a responder às perguntas propostas, quantificaremos a importância econômica do pré-sal para o Brasil, assim como identificaremos quanto essa fonte energética é estratégica para a segurança energética chinesa. Assim, primeiramente, revisaremos a política energética de ambos países. No campo econômico, eles se aproximaram na última década, sendo observado um adensamento no comércio e nos investimentos. Partimos do pressuposto de que a relação sino-brasileira está em um período de aprofundamento e, para chegar a um futuro vantajoso para os dois países, os governos deveriam estar desenvolvendo uma estratégia clara sobre as relações bilaterais, inclusive na área energética.

Com relação à situação da cooperação sino-brasileira na área de petróleo e aos interesses chineses no campo de petróleo brasileiro, adotamos três linhas de investigação: a questão do comércio de petróleo e gás entre os países; a participação das empresas petrolíferas chinesas na exploração energética brasileira; e o investimento chinês no setor petrolífero brasileiro. A cooperação no campo tecnológico também é de interesse fundamental na relação sino-brasileira no setor de petróleo. Dentro dessas linhas, explicamos o histórico da política chinesa sobre investimento no exterior e consideramos que tais atividades das estatais chinesas de petróleo geram políticas próprias e influenciam de certa forma na política energética do governo chinês.

A metodologia utilizada nesta pesquisa incluiu uma revisão de literatura, que consiste no processo de busca e análise crítica da literatura com o objetivo de responder aos problemas de pesquisa propostos. A literatura englobou materiais relevantes que foram escritos sobre o tema em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, dentre outros.

A análise do material coletado na revisão permitiu a elaboração da contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida.

Além disso, foi calculada a taxa de crescimento do comércio para setores selecionados entre Brasil e China. Essa taxa consiste no percentual de incremento médio do comércio no ano ou período considerado, identificando a intensidade do crescimento⁽¹⁾. Esse método, comumente usado nos estudos da área de economia política internacional, servirá como base para quantificar e qualificar a importância do pré-sal brasileiro na relação sino-brasileira, tanto no âmbito político quanto econômico.

2 O DESAFIO CHAMADO PRÉ-SAL

Atualmente a Petrobrás é internacionalmente reconhecida pela tecnologia de exploração e produção do pré-sal. Segundo os relatórios do ano de 2019 de produção publicados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o pré-sal é fonte de grande parte da atual produção brasileira de petróleo. Como a tecnologia já está estabelecida, é compreensível relativizar o tamanho do desafio que foi iniciar a exploração desse petróleo.

Didaticamente, a Figura 1 mostra que um prazo superior a dois anos de estudo foi necessário, desde a identificação dos primeiros vestígios de óleo no pré-sal até o anúncio da descoberta das reservas. A camada de sal possui cerca de dois mil metros de espessura e a profundidade final dos poços chega a mais de sete mil metros abaixo da superfície do mar, em águas ultra profundas. Para chegar a estes reservatórios, a Petrobras teve que superar vários desafios tecnológicos e desenvolver técnicas inovadoras de exploração e produção (Petrobrás 2007).

¹A taxa de crescimento é obtida através da equação $TX_{ik}^t = \left[\frac{X_{ik}^t - X_{ik}^{t-t_0}}{X_{ik}^{t-t_0}} \right] \times 100$. Em que: TX é a taxa de crescimento da exportação; X é o valor monetário da exportação; i é a relação bilateral entre o país exportador e importador; k é o setor; t é o ano e t_0 é o ano base de comparação.

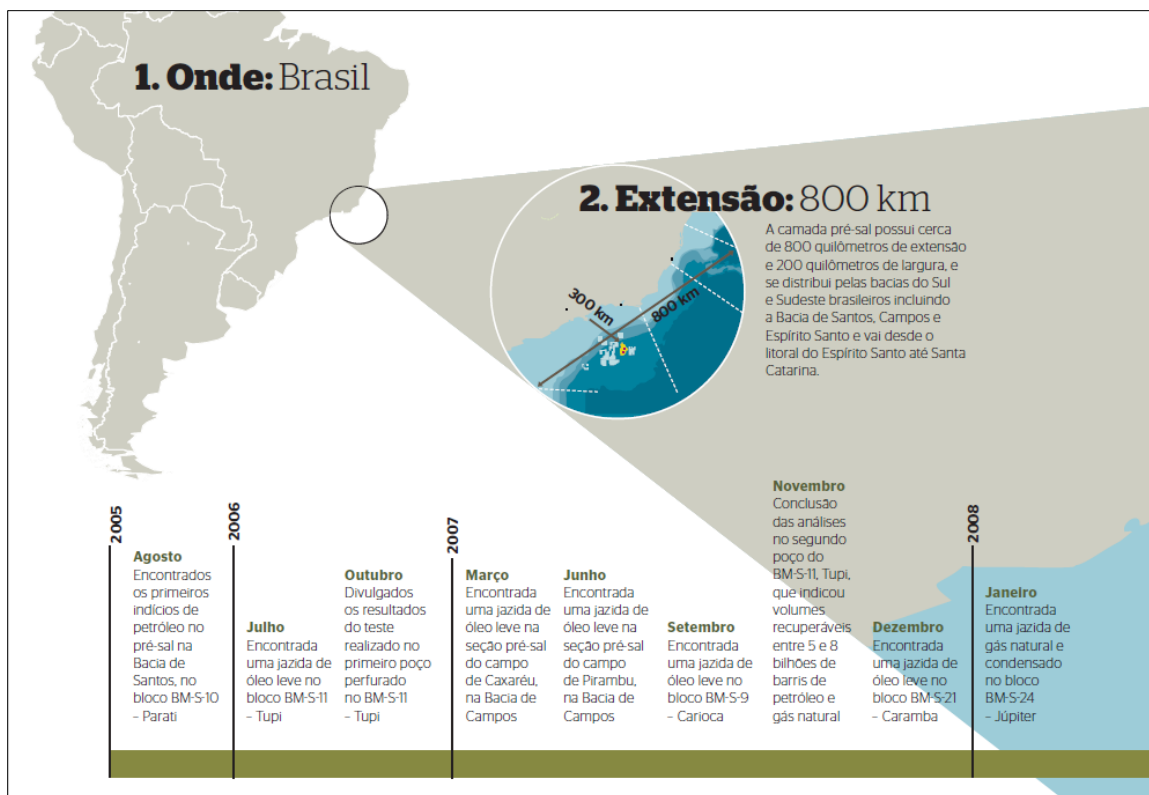


Figura 1: Esquemático do tempo de descoberta das primeiras reservas do pré-sal (Petrobrás 2007)

A avaliação do potencial petrolífero da região do pré-sal nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil elevou significativamente as reservas do Brasil, colocando-o num seleto grupo de países com grandes reservas de petróleo. Com essa descoberta, no ano de 2007 o Brasil pulou de 17º para 7º no ranking mundial de detentores de reserva mundial de petróleo (Cedro 2014).

O petróleo é uma *commodity* (matéria-prima) cujo preço é definido no mercado internacional, em dólar. Esse preço depende principalmente da produção e do consumo de petróleo no mundo, sendo fortemente influenciado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). O Brasil não tem capacidade instalada para processar todo o óleo extraído do pré-sal, e tampouco é membro da Opep. No entanto encontrou na China o mercado para escoar a produção de petróleo bruto proveniente do pré-sal.

Tabela 1: Estimativa da ascensão do Brasil no ranking mundial de reservas de petróleo e gás (Cedro 2014)

País	Reservas (bilhões de barris equivalentes)	% Mundo
1 <i>Arábia Saudita</i>	264.3	21.9%
2 <i>Irã</i>	137.5	11.4%
3 <i>Iraque</i>	115.0	9.5%
4 <i>Kuwait</i>	101.5	8.4%
5 <i>Emirados Árabes Unidos</i>	97.8	8.1%
6 <i>Venezuela</i>	80.0	6.6%
7 <i>Rússia</i>	79.5	6.6%
<i>Brasil (após a descoberta do pré-sal)</i>	> 50 potencial	
8 <i>Líbia</i>	41.5	3.4%
9 <i>Cazaquistão</i>	39.8	3.3%
10 <i>Nigéria</i>	36.2	3.0%
11 <i>Estados Unidos</i>	29.9	2.5%
12 <i>Canadá</i>	17.1	1.4%
13 <i>China</i>	16.3	1.3%
14 <i>Catar</i>	15.2	1.3%
15 <i>México</i>	12.9	1.1%
16 <i>Argélia</i>	12.3	1.0%
17 <i>Brasil (antes da descoberta do pré-sal)</i>	12.2	1.0%
18 <i>Angola</i>	9.0	0.7%
19 <i>Noruega</i>	8.5	0.7%
20 <i>Azerbaijão</i>	7.0	0.6%

Em 1980, a China era a sétima maior economia mundial, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US \$ 305,35 bilhões, enquanto o PIB dos Estados Unidos era de US \$ 2,86 trilhões. O Gráfico 1 mostra que, após os anos 1980, a China tornou-se a economia que mais cresce no mundo, alcançando o título de segunda maior economia global a partir do ano de 2010. Desde que iniciou as reformas de mercado em 1978, o gigante asiático registrou um crescimento econômico médio de 10% ao ano. Nos últimos anos, o ritmo de crescimento diminuiu, embora permaneça alto em comparação com seus países pares. Ao longo dos anos, a diferença no tamanho da economia chinesa e dos EUA diminuiu rapidamente. Em 2019, o PIB chinês em termos nominais ficou em US \$ 14,14 trilhões, abaixo dos Estados Unidos em apenas US \$ 7,30 trilhões (International Monetary Fund 2019).

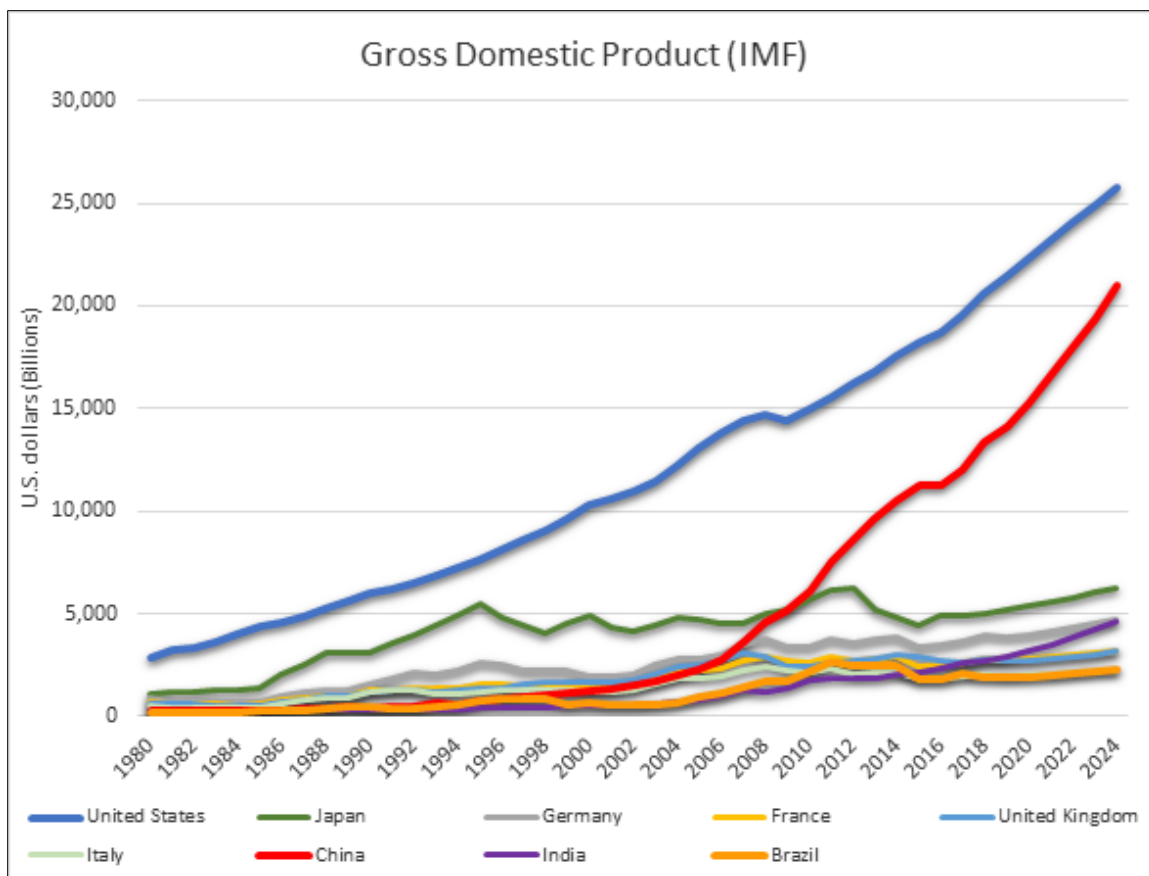


Gráfico 1: Produto Interno Bruto das atuais 9 maiores economias mundiais(International Monetary Fund 2019)

Com a descoberta do pré-sal, o Brasil se reposicionou no mercado como um importante exportador de petróleo, despertando o interesse da China, em franca expansão econômica e ávida por recursos energéticos, de origens diversas. No entanto, a descoberta de novas reservas nacionais e a conseqüente maior exploração dos recursos fósseis não necessariamente vêm acompanhadas do equilíbrio entre a utilização dos recursos energéticos e uma política econômica nacional sustentável, conforme exposto a seguir.

3 POLÍTICA ENERGÉTICA DA CHINA E DO BRASIL

3.1 Política energética do Brasil

Até o final dos anos 1970, o Brasil apresentava um monopólio público nacional na indústria de energia. Esse sistema detinha uma complexa rede interligada, que oferecia segurança e complementaridade entre as diversas matrizes. No entanto, como conseqüência da crise da dívida brasileira em fins dos anos 1970, o que resultou em esgotamento da capacidade de financiamento do próprio

estado, o governo conduziu uma reformulação nacional desse sistema (Vieira Santana 2015).

Nos anos 1970, a fim de resistir à crise internacional do petróleo, o Brasil colocou em prática o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) e aos poucos substituiu parcialmente a gasolina por álcool etílico. Esse plano ajudou o Brasil a sofrer um impacto diminuído à crise do petróleo, uma vez que resultou em 10 milhões de automóveis a gasolina a menos rodando no país e na diminuição da dependência brasileira com relação ao petróleo (Liao 2015).

Já o sistema elétrico era composto por modelo verticalizado, no qual cada estado da Federação possuía uma empresa de energia elétrica que operava sobre uma área de concessão. No entanto, as empresas estatais perderam capacidade de expandir a oferta de eletricidade, à medida que as tarifas eram congeladas como parte da política de controle inflacionário dos anos 1980 (Vieira Santana 2015).

Como parte da solução para a crise fiscal, o sistema elétrico brasileiro passou por um processo de privatização nos anos 1990. O início do processo de reforma do sistema pode ser identificado quando o presidente Itamar Franco sancionou a lei N° 8.631 em 1993, extinguindo o regime de remuneração garantida e fixando os níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica (Vasconcellos 1993).

O ano de 1995 foi marcado pela regulamentação das concessões do serviço público e do início das privatizações do setor, com a sanção da lei N° 8.987 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (Jobim 1995).

O impacto desse período no setor elétrico foi muito grande, sendo que o movimento de privatização só foi interrompido depois da venda de dezenove distribuidoras estaduais (60% do setor). A transmissão continuou integralmente estatal, enquanto a geração perdeu participação do poder público, que ainda se manteve majoritário em 80% (Vieira Santana 2015).

Em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei N° 9.478, quebrando o monopólio do petróleo. O Gráfico 2 ilustra como essa quebra do monopólio resultou em um crescimento significativo da produção de petróleo brasileiro (Rezende, Brito e Bresser Pereira 1997).

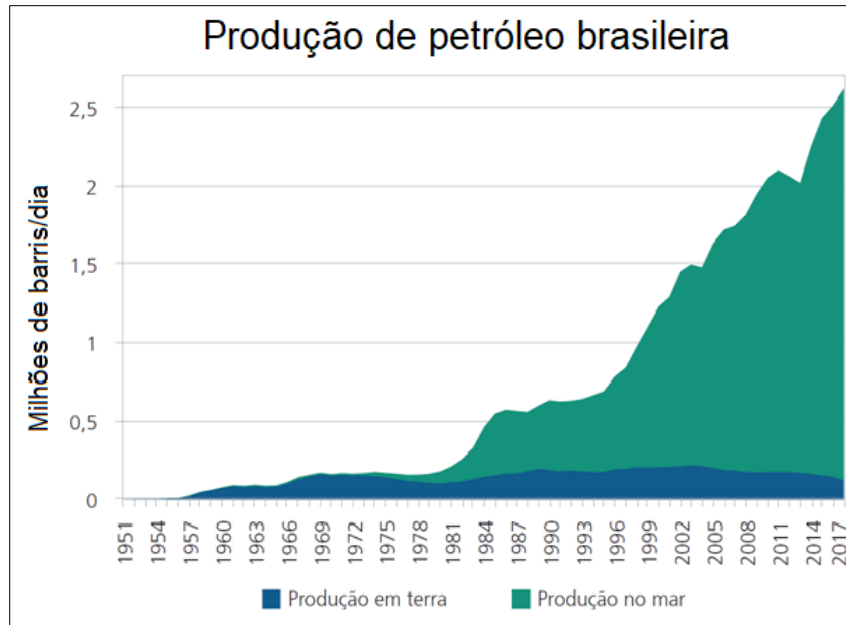


Gráfico 2: Produção de petróleo no Brasil (milhões de barris/dia) (Mendes, et al. 2019)

No contexto de liberalização econômica que o Brasil e diversos outros países vivenciaram, com especial ênfase na década de 1990, o governo federal havia promovido um conjunto de mudanças institucionais e de política pública, tanto formais como informais, que levaram a uma menor intervenção direta do Estado no âmbito do setor de petróleo e gás brasileiro (Cedro 2014).

A criação das agências reguladoras não garantiu um mecanismo de cooperação. As primeiras empresas foram privatizadas sem que houvesse normatização específica sobre a regulação e a política energética. Paralelamente, as estatais foram impedidas de realizar novos investimentos em geração. Os problemas de coordenação gerados a partir da criação de mercado concorrencial de energia produziram não apenas déficit de investimento do setor, mas também aumento substancial das tarifas de energia elétrica. O encarecimento internacional das *commodities* energéticas no período, como o gás e o petróleo, deveria ser esteio para manutenção de tarifas baixas no Brasil, considerando-se que a matriz brasileira hidroelétrica não sofre com oscilações internacionais. Mas o que se observou foi o inverso, sendo que o custo de energia no Brasil cresceu acima dos padrões internacionais (Vieira Santana 2015).

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados pela ocorrência de uma das maiores crises de energia elétrica brasileira, no qual o iminente risco de déficit de eletricidade forçou o governo a elaborar planos de racionamento de energia para evitar a ocorrência de “apagões” à época. O governo apontou como principal causa da crise o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas. Todavia,

analistas do assunto apontam a escassez de investimento como um dos fatores determinantes para a ocorrência da crise, tendo em vista o menor crescimento da capacidade instalada de geração em relação à demanda no período (Cascardi Garcia 2011).

Após as eleições de 2002, o governo aumentou o grau de intervenção na economia. Como exemplo, o processo de licitação internacional de plataformas petrolíferas foi interrompido e reformulado, de forma que as plataformas acabaram sendo em grande medida produzidas no Brasil. No ano de 2003, foi criado o chamado Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp). O programa foi instituído pelo governo federal na perspectiva de fazer dos investimentos do setor de petróleo e gás natural uma oportunidade de crescimento para a indústria nacional de bens e serviços (Cedro 2014).

O governo federal iniciou então um novo ciclo de reestruturação do setor elétrico brasileiro. Em 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei N° 10.848, a qual dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. O modelo buscou melhorar a segurança do suprimento de energia elétrica e a universalização do acesso, em consonância com a eficiência econômica e o princípio de modicidade tarifária (Rousseff 2004).

O Prominp foi, assim, um precursor da estratégia mais ampla e aprofundada de desenvolvimento instituída após a descoberta do pré-sal. Diante dessa descoberta, o presidente da República determinou em 2008 a constituição de uma comissão interministerial de alto nível para avaliar e propor uma reformulação mais ampla no marco regulatório e na política do Estado brasileiro para o setor petrolífero. A carga tributária proveniente da produção de petróleo é uma importante fonte de renda para o governo brasileiro e, dessa maneira, o regime fiscal aplicado é de extrema relevância para equilibrar a viabilidade econômica do projeto com os interesses nacionais (Cedro 2014).

3.2 Regimes fiscais aplicados ao petróleo brasileiro

Durante a administração do Partido dos Trabalhadores (PT), o setor de energia foi utilizado para implementar objetivos mais amplos de política econômica e social. Isso incluiu a aplicação de regras rigorosas de conteúdo local como um meio de alavancar o investimento no setor de petróleo para revitalizar a indústria de construção naval e gerar empregos. Os governos do PT, tanto de Luís Inácio Lula da Silva quanto de Dilma Rousseff, pressionaram a Petrobras a estabelecer uma política de preços de combustível que mantivesse os preços domésticos abaixo dos preços internacionais, a fim de limitar as pressões inflacionárias. Com a descoberta de novas reservas de petróleo, o governo materializou o chamado novo marco regulatório do pré-sal por meio das leis da cessão onerosa

(Lei nº 12.276/2010), criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (Lei nº 12.304/2010) e do regime de partilha (Lei nº 12.351/2010).

Michel Temer tornou-se presidente do Brasil em 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff. Pesquisas de opinião o colocaram como o presidente mais impopular desde o retorno da democracia no Brasil. Mesmo assim, durante seu mandato, importantes reformas econômicas foram aprovadas, incluindo um teto para gastos públicos e uma reforma trabalhista. O desenvolvimento do pré-sal foi considerado pelo Governo Temer como um objetivo político essencial, que era muito mais simpático a investimentos de empresas internacionais do que seus antecessores. Na sua gestão foram realizadas quatro rodadas de licenciamento de produção e exploração de petróleo, oferecendo, inclusive, depois de quase uma década, novas áreas do pré-sal entre 2017 e 2018. Também foi implementado um programa de desinvestimento das empresas nacionais e redução gradual de conteúdo local, abrindo oportunidades de investimento para que empresas internacionais fizessem parcerias com a Petrobrás, inclusive no desenvolvimento do pré-sal.

Segundo as análises do economista Máilson Ferreira da Nóbrega, Ministro da Fazenda no Governo José Sarney, o atual presidente Jair Messias Bolsonaro exibiu em três décadas de vida pública e parlamentar um posicionamento estatizante e intervencionista. No entanto, seu governo tem adotado, desde 2019, uma vertente muito mais liberal no plano econômico, influenciado principalmente pelo ministro da economia Paulo Guedes. Seu governo já conseguiu a aprovação da reforma previdenciária, tem encaminhado a reforma tributária e discursa em favor de cortes de gastos públicos e privatizações. Bolsonaro reconhece a necessidade de investimento estrangeiro no pré-sal do Brasil. Até o momento, seu governo tem descartado a privatização dos principais ativos da Petrobrás; por outro lado, é improvável que seu governo tente expandir significativamente o papel da empresa. Assim como seu antecessor, o governo tem mantido uma agenda de leilões de novas áreas de exploração e produção de petróleo, amplamente divulgada pela ANP. Depois do resultado da 6ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção do pré-sal, em novembro de 2019, o governo tem estudado a reestruturação fiscal dos ativos do pré-sal para atrair mais investimento internacional.

Dessa forma, dependendo do momento de contratação e posição do campo de petróleo, existem três diferentes regimes fiscais que podem ser aplicados na exploração e produção de petróleo brasileira, conforme será explicado a seguir.

3.2.1 Regime fiscal de concessão

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) foi criada como uma entidade da Administração Federal Indireta ligada ao Ministério de Minas e Energia. Ela é a responsável por regular as atividades ligadas ao

petróleo, gás natural, por seus produtos derivados e pela indústria de biocombustíveis. Uma das responsabilidades da ANP são as ofertas de blocos de exploração e produção de Petróleo. O regime aplicado é o de concessão, com exceção das áreas que se enquadram nas características necessárias para aplicar o regime de partilha de produção ou cessão onerosa.

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, exercidas por meio de contratos de concessão estão de acordo com a Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997. O licenciamento é obtido por meio de licitação e a participação do estado não é obrigatória. Todo o óleo produzido pertence ao revendedor após o pagamento da seguinte participação do governo:

- bônus de assinatura;
- royalties;
- participação especial;
- pagamento por ocupação ou retenção de área

3.2.2 Regime fiscal da cessão onerosa

Esse regime excepcional foi criado em 2010 pela lei nº 12.276 e foi aplicado exclusivamente a alguns blocos pré-determinados do pré-sal. Na época, além do interesse em acelerar o desenvolvimento da recém descoberta área do pré-sal, a Petrobras estava abrindo o capital no mercado financeiro e o governo queria garantir sua participação no controle acionário da empresa. Nesse regime a Petrobras emitiu um total de US\$ 42,5 bilhões em ações para o governo brasileiro, e em retorno obteve os direitos de produção em alguns blocos offshore, não desenvolvidos e previamente definidos do pré-sal brasileiro. O regime definiu um limite de produção máximo de 5 bilhões de barris na área sob o regime de cessão onerosa.

3.2.3 Regime fiscal de partilha de produção

O regime de partilha de produção foi criado em 2010, aplicável nas áreas de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos na área da Camada do Pré-Sal e em áreas estratégicas que não tenham sido contratadas anteriormente, tanto no regime de concessão quanto no regime da cessão onerosa. Na época, o governo definiu o chamado polígono do pré-sal, quando todos os blocos comercializados a partir da aprovação do regime no interior dessa área foram contratados/ofertados sob o regime do pré-sal (Figura 2). As áreas sob esse regime são desenvolvidas por compartilhamento de produção de acordo com as seguintes leis:

- Lei Nº 12.304/2010: Entre outras determinações, descreve que a Petrobras deve ser a operadora de todos os blocos contratados no âmbito

- do regime fiscal de partilha de produção e é assegurada a participação mínima não inferior a 30% da empresa nacional no consórcio
- Lei N° 12.351/2016: Atualizou a determinação anterior, removendo a participação operacional mínima obrigatória de 30% da Petrobras em área ainda não licenciada no polígono do pré-sal. A Petrobras manteve direitos preferenciais para novas áreas do pré-sal concedidas sob o regime fiscal de partilha de produção, tendo a participação e operação garantida em no mínimo 30% caso manifeste o desejo de contratar o bloco ofertado. A presença prévia da Petrobras no consórcio ganhador do leilão de oferta dos blocos não é obrigatória para que o direito de preferência seja contemplado.

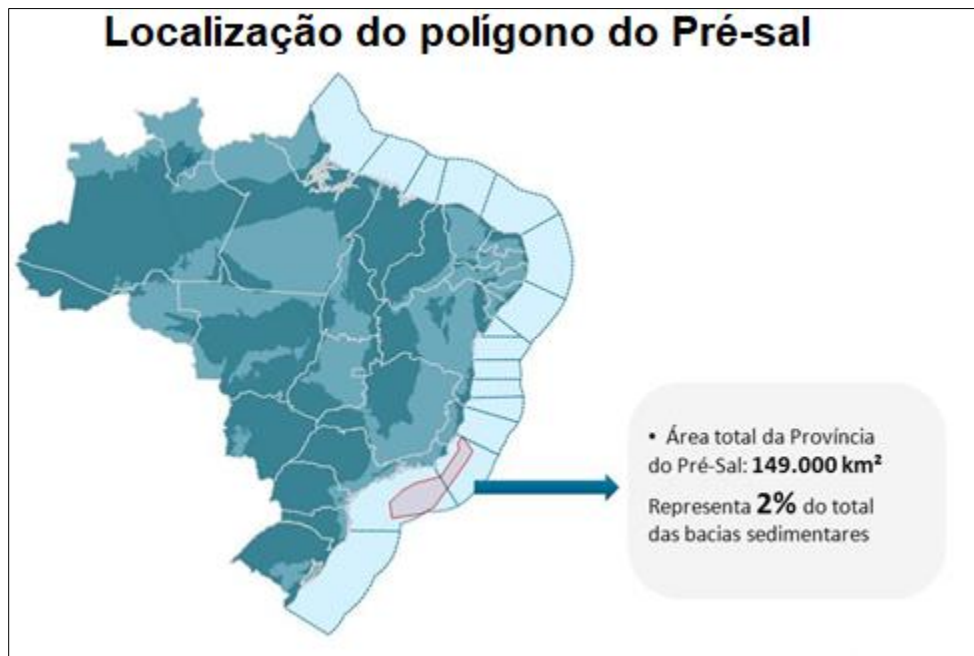


Figura 2: Mapa com a representação do polígono do pré-sal (elaboração própria 2020)

O resultado divulgado pela ANP dos leilões do pré-sal realizados no ano de 2019 mostrou que a China foi o único país a ter empresas dando lance e arrematando em consórcio um dos campos ofertados. A explicação do interesse chinês em investir no petróleo do pré-sal está diretamente ligada ao seu planejamento estratégico de segurança energética.

3.3 Política energética da China

Antes de 1978, o setor elétrico chinês era organizado como indústria estatal verticalmente integrada. A Comissão de Planejamento Econômico controlava diretamente a produção e a alocação das quotas planejadas de eletricidade. Os

ministérios dos Recursos Hídricos e da Energia Elétrica eram os principais atores na produção de eletricidade. O modelo planejado de política energética apresentou seu sinal mais claro de esgotamento no início de 1980, quando a demanda nacional cresceu acima da capacidade de oferta pelo sistema. O resultado foi escassez de energia, que perdurou anos e criou um sério gargalo para o desenvolvimento econômico (Vieira Santana 2015).

Com um rápido desenvolvimento econômico, um sistema de energia sustentável se transforma em um grande desafio para o país. Para atender à crescente demanda por consumo de energia de uma população de quase 1,5 bilhão (1,439 bilhão em 2020) de pessoas, são necessárias obras muito grandes nos sistemas de geração de energia e um longo período de adaptação. Atualizar as tecnologias empregadas e os equipamentos básicos de energia é uma tarefa que pode durar décadas de planejamento e ação. Como atingir o objetivo estratégico de modernização da China com o menor custo de recursos de energia é um desafio e uma prioridade chinesa, país que visa uma estratégia de desenvolvimento de energia eficaz e de longo prazo (Liao 2015).

As reformas do setor elétrico iniciadas em 1985 proporcionaram o surgimento do segmento de geração para investidores subnacionais, estimulando governos locais a tomar crédito para construir suas usinas. O modelo que prevaleceu foi de uma estrutura burocrática com autoridade fragmentada. A barganha, o compromisso e a negociação entre os principais ministérios e províncias eram fundamentais para formulação de consenso e implementação das principais políticas. Os ministérios para as indústrias de petróleo e petroquímica foram abolidos nos anos 1980 e substituídos por duas empresas, a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a Sinopec. Em 1987, as funções governamentais foram separadas daquelas associadas às empresas. A descentralização gradual do controle exercido pelo governo central sobre as províncias foi implementada por intermédio da transferência de maior responsabilidade orçamentária às províncias. O governo conseguiu assim criar um mecanismo de contrapeso à burocracia central e alcançar a reforma de mercado sem mudar o sistema político (Vieira Santana 2015).

Esta estrutura desagregada se manteve até as reformas de 1998, quando os ministérios do Carvão e da Energia Elétrica foram abolidos e substituídos por empresas de carvão em nível provincial e pela State Power Corporation. Ao mesmo tempo, a Comissão de Comércio e Economia Estatal (SETC) assumiu a responsabilidade de supervisionar as operações das empresas de energia estatais, as quais a novamente renomeada Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Estatal (SDPC) assumiu a autoridade pelos planos de longo e médio prazo, de eficiência energética e de preços. Com a autoridade dividida entre duas comissões de alto nível, o grau de coerência da formulação de política energética na China deteriorou-se em decorrência da competição burocrática. Este é um cenário que se arrastou até 2003, com o progressivo

declínio do controle do governo central sobre o setor de energia, coroado por uma crise energética naquele ano (Vieira Santana 2015).

O Gráfico 3 demonstra como o consumo de energia teve um crescimento acentuado a partir dos anos 2000. Com o desenvolvimento econômico e social e a melhoria nas condições de vidas das pessoas, o consumo de energia e a dependência do petróleo aumentam a cada ano (Liao 2015). A China sofreu com escassez de energia em 2003, tendo como consequência racionamento e *blackouts* em dezoito das 31 províncias. Neste contexto, o risco energético doméstico para o sistema político e para o modelo de desenvolvimento chinês não era pequeno, e a necessidade de coordenação entre as políticas e as instituições encarregadas da infraestrutura tornou-se fundamental para a estabilidade do país (Vieira Santana 2015).

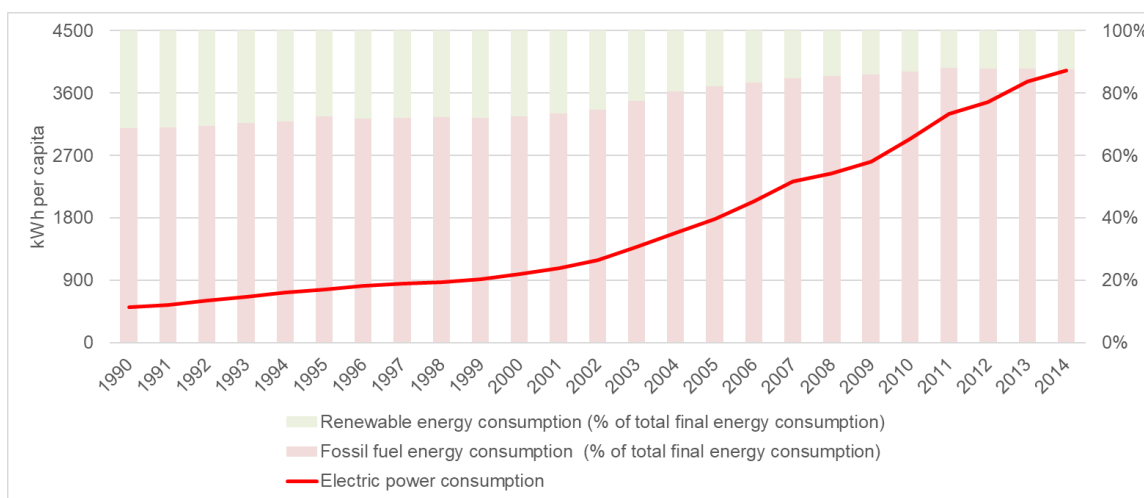


Gráfico 3: Consumo de energia da China (The World Bank 2014)

A governança da energia chinesa tem sido sistematicamente descentralizada e suas burocracias desorganizadas e/ou abolidas ao longo de ciclos de reestruturação administrativa (1982, 1993, 1998, 2003 e 2008). Até mesmo no interior da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), a autoridade sobre a política energética está dispersa entre pelo menos cinco departamentos, incluindo-se a Administração Nacional de Energia (NEA). Esta foi criada para centralizar as políticas após 2003, mas precisa constantemente barganhar com todas as demais burocracias ministeriais. A descentralização da administração, da produção e da precificação das políticas energéticas, ao longo das reformas, fragilizou o papel do governo central em favor dos governos locais, abrindo espaço para estratégias desviantes por parte dos governos locais em relação às políticas energéticas nacionais. O governo central depende das empresas estatais de energia para administrar seus setores correspondentes, o que conduz a uma estrutura de governança compartilhada entre governo e empresas. Contudo, estas empresas precisam equilibrar seu desempenho

operacional com os imperativos das políticas de Estado. O governo liberou os preços de petróleo e carvão, mas manteve controle sobre os derivados do petróleo e da eletricidade. Por medo dos impactos inflacionários, as empresas procuraram diminuir as perdas – decorrentes da venda a preços abaixo do mercado – simplesmente se recusando a vender e contribuindo para a escassez de energia e gasolina no país (Vieira Santana 2015).

Foi diante desse cenário que o governo chinês incorporou ao 11º Plano Quinquenal (2006-2010) um conjunto de diretrizes: diversificação das fontes de energia; reforço das fontes de oferta de gás e petróleo existentes e diversificação das rotas de importação; aumento da prospecção de novos campos domésticos de petróleo, associada à cooperação internacional no offshore; e elevação das reservas estratégicas de petróleo. Podemos verificar na Tabela 2 que essa estratégia foi parcialmente bem-sucedida. A produção de energia teve um aumento de 2,8 vezes, e mesmo o carvão sendo a matéria prima mais abundante, com um sistema de produção consolidado, a China conseguiu manter estável a porcentagem de energia produzida via essa fonte. Além disso, ocorreu um aumento significativo da produção de energia via biocombustível e eólica, fontes renováveis (Vieira Santana 2015).

Tabela 2: Evolução das matrizes de energia elétrica da China (Vieira Santana 2015)

Produção em GWh / Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<i>Petróleo</i>	49,393	57,417	72,210	61,252	51,984	34,258	23,411	16,494	13,255	7,857
	3.0%	3.0%	3.3%	2.4%	1.8%	1.0%	0.7%	0.4%	0.3%	0.2%
<i>Gás</i>	4,183	5,012	7,203	11,931	14,217	30,539	31,028	50,813	69,027	84,022
	0.3%	0.3%	0.3%	0.5%	0.5%	0.9%	0.9%	1.4%	1.6%	1.8%
<i>Hidrolétrica</i>	287,974	283,681	353,544	397,017	435,786	485,264	585,187	615,640	722,172	698,945
	17.4%	14.8%	16.0%	15.9%	15.2%	14.8%	16.8%	16.5%	17.2%	14.8%
<i>Nuclear</i>	25,127	43,342	50,469	53,088	54,843	62,130	68,394	70,134	73,880	86,350
	1.5%	2.3%	2.3%	2.1%	1.9%	1.9%	2.0%	1.9%	1.8%	1.8%
<i>Carvão</i>	1,284,893	1,518,701	1,717,470	1,971,772	2,301,896	2,659,622	2,744,147	2,940,869	3,250,390	3,723,244
	77.6%	79.4%	77.9%	78.8%	80.2%	80.9%	78.8%	78.6%	77.2%	79.0%
<i>Biocomb.</i>	2,430	2,422	2,414	5,200	7,000	9,740	14,715	20,700	24,750	31,500
	0.1%	0.1%	0.1%	0.2%	0.2%	0.3%	0.4%	0.6%	0.6%	0.7%
<i>Eólica</i>	873	1,039	1,332	2,028	3,868	5,110	14,800	26,900	44,622	70,331
	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.2%	0.4%	0.7%	1.1%	1.5%
Total	1,654,921	1,911,678	2,204,718	2,502,498	2,869,825	3,287,504	3,481,993	3,742,043	4,208,128	4,715,716

Para entender a política energética chinesa, precisa-se primeiro entender as questões energéticas que o país enfrenta nos dias de hoje. A China possui uma variedade de recursos energéticos bastante considerável, sendo a energia

hidrelétrica e o carvão as formas mais abundantes, com reservas correspondentes ao primeiro e terceiro lugar no mundo, respectivamente. No entanto, as restrições de recursos energéticos estão cada vez maiores e as questões ambientais ganharam mais destaque e atraem críticas internacionais. Neste momento, o desenvolvimento de energia na China enfrenta uma série de novos problemas e novos desafios, as pressões são crescentes para uma infraestrutura otimizada, apresentando melhor eficiência energética e maior segurança energética (Liao 2015).

O padrão de produção do carvão na China é altamente fragmentado, o que contribui para baixa produtividade e elevada poluição. Quarenta por cento do carvão utilizado na geração de energia é minerado entre milhares de cidades e vilas espalhadas pelo território. Para enfrentar esta fragmentação e reduzir a intensidade energética, moderando-se a explosão da demanda, o governo chinês começou a fechar as pequenas minas ou obrigá-las a instalar mecanismos para redução de gases poluentes, além de abrir o setor ao investimento estrangeiro em 2008 (Vieira Santana 2015).

As energias renováveis chinesas e o petróleo *offshore* ainda representam um grande potencial de exploração. A China possui muitos recursos energéticos, mas também apresenta uma população numerosa requisitando a utilização destes recursos, de modo que a oferta não supera a demanda. As reservas conhecidas de petróleo e gás natural, classificadas respectivamente como a 13^o e 17^o posições mundiais, estão presentes em quantidades insuficientes. Devido à grande população, a reserva per capita de todos os tipos de energia são inferiores ao nível médio mundial. É essencial para a segurança energética chinesa o investindo na inovação de tecnologia na área de energia, medida que o país tem tomado, por exemplo, desenvolvendo a utilização do gás de xisto como fonte energética (Liao 2015).

Como política, a China tornou-se um dos países que mais investem na diversificação das fontes de energia. Isto significa que o país obteve incremento tecnológico dos segmentos intensivos em energia, o que aumentou a produtividade. Apesar destas transformações, os problemas de fragmentação ainda persistem, na medida em que o país não detém sistema de distribuição unificado. Embora a China tenha problemas de coordenação na política energética, o país conseguiu implementar uma política de investimentos e ampliação da capacidade produtiva, como pode ser observado pelos dados na Tabela 3 (Vieira Santana 2015).

Tabela 3: Principais indicadores de energia – China(Vieira Santana 2015)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<i>PIB e PPP (US\$ bilhões de 2005)</i>	5364.25	6045.51	6903.97	7566.76	8262.90	9122.24	9970.61
<i>Produção de energia (Mtoe)</i>	1701.39	1813.58	1915.24	1995.44	2092.90	2262.04	2432.50
<i>Importações líquidas (Mtoe)</i>	100.12	135.88	166.75	184.70	274.92	335.18	378.62
<i>Consumo de eletricidade (Twh)</i>	2325.67	2677.06	3071.02	3255.40	3504.84	3937.79	4432.90
<i>Emissões de CO2 (Mt of CO2)</i>	5403.10	5913.50	6316.44	6489.98	6792.86	7252.63	7954.55
<i>Oferta de energia primária total (Mtoe)</i>	1775.68	1938.94	2044.61	2120.81	2286.14	2516.73	2727.73
<i>Consumo de energia/população (Mwh per capita)</i>	1.78	2.04	2.33	2.46	2.63	2.94	3.30

Desde 2009, a China superou os Estados Unidos e vem ocupando a posição de maior consumidor de energia do mundo (Liao 2015). As conseqüências geopolíticas deste evento já são bastante salientes: a China e suas empresas do setor de energia são hoje os mais ativos investidores globais na África, na América Latina e no Oriente Médio. A segurança energética transformou-se em questão crucial de política pública de Estado, com forte impacto para a estabilidade do modelo de desenvolvimento e equilíbrio do sistema político chinês. A capacidade de coordenação estratégica entre atores e instituições na infraestrutura energética da China é que determinará a sustentabilidade do padrão de crescimento adotado pelo país. Dentre seus parceiros econômicos, o Brasil se destaca pelas oportunidades de parceria e investimento no setor energético (Vieira Santana 2015).

4 Relações bilaterais sino-brasileiras

Em 5 de setembro de 1880 foi celebrada a primeira aproximação entre Brasil e China com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China. Porém, as relações diplomáticas entre os dois países só foram estabelecidas em 15 de agosto de 1974 com o ainda em vigor Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (Ministério das Relações Exteriores 2020).

O relacionamento bilateral evoluiu de forma cautelosa, dada a conjuntura internacional e as circunstâncias internas de cada país. O desempenho positivo da economia mundial no final da década de 1960 e início da década de 1970 favoreceu a exportação de produtos básicos e a atração de investimentos estrangeiros e tecnologia ao Brasil. A estratégia desenvolvida pela diplomacia buscou melhor posicionar o Brasil no cenário internacional de acordo com os interesses nacionais, enfatizando uma inserção individual e valorizando o bilateralismo. O restabelecimento da democracia no Brasil nos anos 80, o fim da Guerra Fria e o processo de abertura econômica sob o ímpeto da globalização,

nos anos 90, impulsionaram o processo de aproximações bilaterais. Ao longo deste período, a China visava abrir caminho para o ocidente, eliminando seu isolamento econômico após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 e implementando reformas econômicas a partir de 1978. Os governos brasileiro e chinês intensificaram então suas relações com a assinatura do Acordo Comercial Bilateral, formalizando em 1978 uma parceria comercial entre os países (Costa e Mendonça 2017).

Apesar do notável crescimento do comércio exterior chinês a partir de 1979, motivado pelo sucesso do plano de abertura econômica, o intercâmbio bilateral entre o Brasil e a China manteve-se em um patamar muito reduzido até o ano de 1995. Entre outras iniciativas, o então presidente chinês Jiang Zemin veio ao Brasil em 1993, ocasião na qual ressaltou a complementaridade entre as duas economias e propôs incrementar o relacionamento entre elas (Costa e Mendonça 2017).

Como resultado nos anos subseqüentes, houve um aumento no intercâmbio comercial entre o Brasil e a China (Gráfico 4). Essa aproximação pode ser medida em relação ao número de tratados assinados entre os dois países. Entre 1880 e 1992, Brasil e China assinaram 40 tratados; já entre início de 1993 e final de 1995 foram assinados 20 tratados. Ou seja, em apenas 3 anos foram assinados 50% do número de tratados que haviam sido previamente assinados em 112 anos (Ministério das Relações Exteriores 2020).

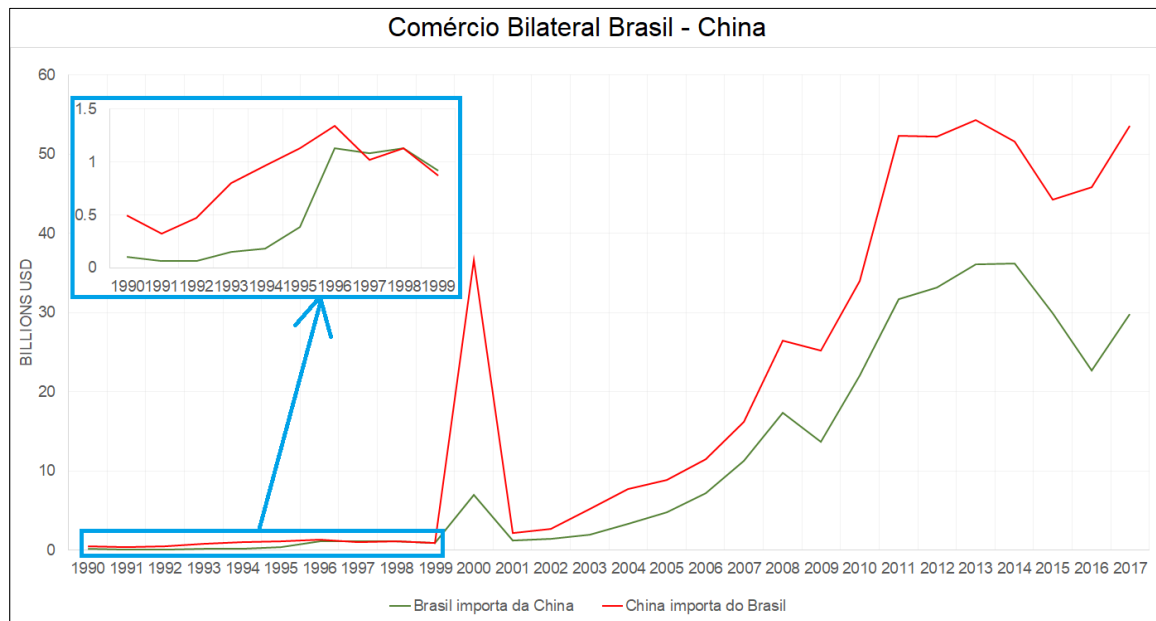


Gráfico 4: Comércio bilateral entre Brasil e China(OEC 2017)

As negociações bilaterais dobraram em volume até o final da década de 1990, no entanto continuaram muito aquém do potencial dos dois países. Nos anos 2000 o Brasil deu grande prioridade ao estabelecimento de diálogo político com outros atores estratégicos, como a China, inclusive através da participação em grupos internacionais como os BRICS a partir de 2006. Estas alianças desempenham um papel fundamental na formação de uma nova geografia internacional econômica e comercial (Bijos 2016).

O efeito da guinada econômica da China foi sentido na América Latina principalmente através de dois canais: comércio e investimento estrangeiro direto. Entre 2000 e 2017, o comércio total entre a América Latina e a China quintuplicou de US\$ 50 bilhões em 2000 para US\$ 250 bilhões em 2017. Segundo a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (ECLAC), entre 2005 e 2017, o Investimento estrangeiro direto da China totalizou US\$ 65 bilhões no Brasil, US\$ 20 bilhões no Peru e US\$ 11 bilhões na Argentina (United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) s.d.)

China e Brasil aumentaram significativamente sua participação no comércio internacional e fortaleceram sua relação comercial bilateral de forma mais intensa na década de 2000. As relações comerciais entre os dois países foram impulsionadas pela necessidade comum de inserção política e econômica no cenário internacional (Costa e Mendonça 2017).

4.1 Relações econômicas Brasil - China

A partir dos anos 1990 se observou uma onda de crescimento econômico robusto em vários países da América do Sul. Nessa época as políticas liberais de abertura de mercado se firmaram, os mercados globais se abriram e um investimento internacional considerável foi injetado na região. Embora no final da década de 1990 uma desaceleração no crescimento tenha sido identificada, o aumento da prosperidade global, em grande parte impulsionada pelo rápido crescimento da China e da Ásia em geral, aumentou a demanda pelas exportações de commodities originárias da América do Sul (Lowenthal e Baron 2015).

Por pelo menos 30 anos, a China manteve um crescimento médio de 9% ao ano, e como consequência ficou cada vez mais dependente de recursos energéticos e outras commodities internacionais. Os países dos continentes Americano e Africano, ricos em recursos, apresentaram-se como fornecedores quase que naturais para o gigante asiático, estimulando o comércio, que cresceu de forma surpreendente a partir do ano 2001. Outro ponto importante a ser destacado é o crescimento dos fluxos de investimento direto da China para a América do Sul, tornando a região o principal destino desse investimento (Vadell 2011).

Na mesma época, em detrimento da América do Sul, os Estados Unidos priorizaram geopolítica e geoeconomicamente a relação com outras regiões. Assim, o caminho ficou aberto para a China e países do Sudeste Asiático surgirem, em plena crise econômica, como uma nova opção no horizonte para a América do Sul. A partir de 2001-2002, a China foi fator fundamental no impulso da recuperação econômica de muitos países da América do Sul, após o fracasso das políticas econômicas neoliberais da região. O Brasil atuou como o líder regional e ator diretamente ligado aos desdobramentos positivos e negativos do relacionamento crescente com a China (Vadell 2011).

Em 2009 a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, figurando como maior mercado comprador das exportações brasileiras (Gráfico 5). Ou seja, os Estados Unidos foram desbancados dessa posição estratégica de relacionamento com o Brasil, marcando o início de um novo cenário geoeconômico (Vadell 2011). Se o Brasil, do ponto de vista político-ideológico, foi o principal beneficiário do declínio norte-americano na América do Sul, a China foi a principal beneficiária do ponto de vista econômico (Carmo 2013)

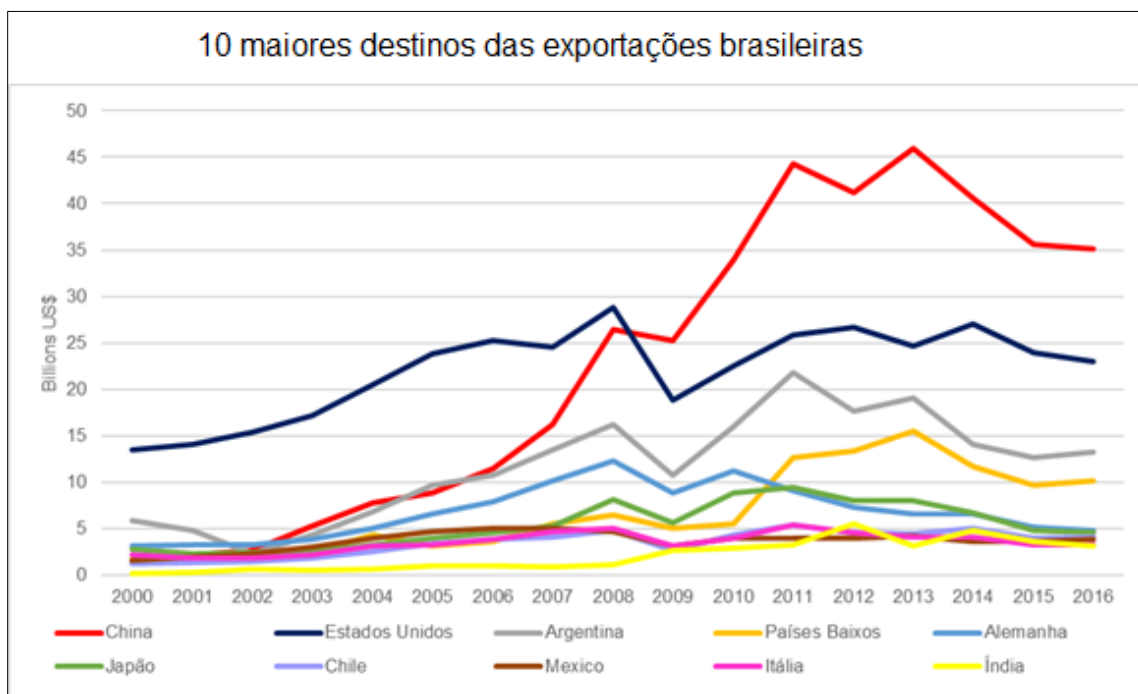


Gráfico 5: Principais destinos das exportações brasileiras (OEC 2017)

A evolução do comércio Brasil-China foi impulsionada tanto pelo crescimento das exportações quanto das importações, com o saldo da balança comercial favorável ao Brasil (dado já ilustrado no Gráfico 4). O crescimento expressivo do comércio sino-brasileiro ao longo deste século tem a pauta exportadora brasileira centralizada em alguns poucos produtos básicos, principalmente soja,

ferro e petróleo não processado, como ilustrado no Gráfico 6. Esse fato não é repetido na pauta importadora, uma vez que existe uma grande diversidade dos produtos originados da China. Pode-se concluir que nos últimos anos o Brasil tornou-se um importador de equipamentos industrializados, manufaturados e um exportador de commodities, principalmente grãos de soja e minério de ferro e petróleo (Costa e Mendonça 2017).

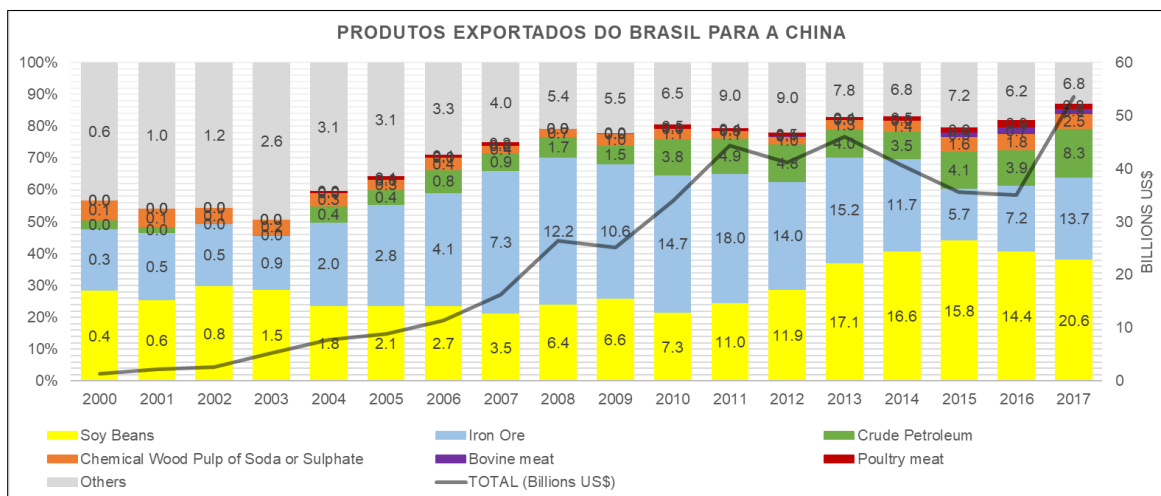


Gráfico 6: Diversidade de produtos exportados do Brasil para a China (OEC 2017)

A questão energética tem tido uma forte expressão na relação da China com o Brasil. Devido à descoberta do pré-sal, o Brasil se tornou um país com elevada capacidade de produção de petróleo, o que levou a um aumento significativo no comércio de petróleo entre os dois países na primeira década do século XXI. Deste modo, companhias estatais brasileiras e chinesas têm atuado conjuntamente na cooperação energética. As investidas do capital chinês no Brasil não ficaram concentradas apenas em atividades ligadas à exploração de petróleo e à siderurgia, mas também envolveram empresas chinesas atreladas ao agronegócio, as quais têm comprado vastas propriedades rurais agricultáveis (IPEA 2011).

Não é coincidência que as exportações brasileiras para a China de 2017 aumentaram em 103% quando comparadas com as de 2008, ano do anúncio da descoberta das novas reservas petrolíferas no Brasil (Tabela 4). A soja e o ferro continuam sendo as commodities com maior impacto na balança comercial sino-brasileira, somando 34,3 bilhões de dólares em 2017. No entanto, a exportação de petróleo passou de uma baixa relevância na balança comercial em 2008, correspondendo a 1,7 bilhões de dólares em exportação, para o terceiro produto de mais impacto nas relações bilaterais, correspondendo a 8,3 bilhões de dólares em exportação, o que representa uma taxa de crescimento de 380%.

Tabela 4: Taxa de crescimento de exportações do Brasil para a China

ano base 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
$TX_{\text{exportações do Brasil para a China-Total}}^{\text{ano}}$	-5%	29%	68%	56%	74%	54%	35%	33%	103%
$TX_{\text{exportações do Brasil para a China- Soja}}^{\text{ano}}$	3%	14%	71%	85%	167%	159%	146%	124%	221%
$TX_{\text{exportações do Brasil para a China- Ferrol}}^{\text{ano}}$	-13%	21%	48%	15%	25%	-3%	-53%	-41%	13%
$TX_{\text{exportações do Brasil para a China- Petróleo}}^{\text{ano}}$	-16%	122%	184%	182%	135%	102%	141%	128%	381%

4.2 Parceria Brasil-China no setor Petrolífero

As abordagens iniciais da cooperação tecnológica entre o Brasil e a China em áreas relacionadas à energia datam da década de 1980, quando foi assinado o primeiro acordo bilateral de cooperação científica (1984), seguido de acordos específicos nas áreas de usos pacíficos da energia nuclear (1984), geociências (incl. Geologia marinha, 1985), o acordo sobre o desenvolvimento conjunto do satélite de recursos terrestres China-Brasil (CBERS), bem como a cooperação no setor elétrico, hidrelétrica grande (1988) e hidrelétrica pequena (1995) (International Energy Agency 2013).

Na China, existe uma sensibilização crescente para que suas metas diplomáticas com relação à energia, principalmente petróleo e gás, sejam direcionadas com um objetivo focado na participação no sistema global de energia, de uma forma que maximize a segurança energética doméstica (Liao 2015).

Logo depois da quebra do monopólio do petróleo brasileiro, a China e o Brasil assinaram em dezembro de 1998 um acordo internacional envolvendo a Petrobrás. O principal objetivo do acordo era de promover a cooperação econômica e tecnológica no setor químico (incluindo o setor petroquímico). Foi então estabelecido um Grupo de Trabalho composto de representantes do Ministério das Minas e Energia, Petrobras e Petroquisa, pelo lado brasileiro, e de representantes da administração Estatal de Petróleo e Indústrias Químicas (SAPCI), pelo lado chinês (Ministério das Relações Exteriores, Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 1998).

Desde 1995, as empresas privadas têm permissão para realizar atividades de petróleo e gás no Brasil com base em contratos de concessão, retirando o monopólio da Petrobras (International Energy Agency 2013). Foi, porém, apenas depois do anúncio da descoberta das reservas do pré-sal que o engajamento chinês no setor de energia brasileiro se tornou um dos principais pilares da

relação bilateral. Os investimentos chineses no setor de petróleo e gás brasileiro aumentaram significativamente ao longo de 2009-2011, quando vários acordos foram anunciados e materializados (International Energy Agency 2013).

Em 2009 foi assinado um memorando no qual, além de ratificar a cooperação bilateral já existente, claramente se demonstrava a intenção de expandir a cooperação para as áreas de comercialização, exploração e desenvolvimento da produção de petróleo, financiamento, serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos (Ministério das Relações Exteriores, Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da China sobre Petróleo, Equipamento e Financiamento 2009).

Em 2010, um amplo plano de ação conjunta foi assinado. Novamente ambos os países se comprometeram em expandir a cooperação já existente. A novidade desse plano foi o estabelecimento de que as companhias brasileiras participariam do desenvolvimento e produção do setor na China, e as companhias chinesas fariam o mesmo no setor brasileiro. Ficou estabelecida ainda a intensificação do comércio de equipamentos e investimento na cadeia de fornecimento de gás e petróleo (Ministério das Relações Exteriores, Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014 2010)

O Brasil e a China estabeleceram prioridades estratégicas no desenvolvimento de programas conjuntos de tecnologia e no aumento do investimento de empresas privadas e estatais no desenvolvimento de projetos. Esses acordos aumentaram o envolvimento no comércio bilateral no setor de petróleo (International Energy Agency 2013).

Na academia chinesa, alguns pesquisadores consideram que a região da América Latina se tornou a área mais importante para que empresas estatais chinesas de petróleo possam ganhar experiência. Isto ocorre especialmente para empresas de petróleo *offshore* que estão tentando aprender com as contrapartes estrangeiras. O governo brasileiro, por sua vez, espera investimentos chineses na exploração de petróleo e gás e planeja oferecer oportunidades de negócio lucrativas e um ambiente regulatório favorável. Dado que os projetos brasileiros de petróleo e gás em águas profundas requerem grande capital, com riscos elevados, o governo espera aumentar o emprego doméstico e o crescimento econômico por meio da cooperação com empresas estrangeiras no setor de petróleo e gás, o que também pode trazer tecnologias avançadas (Liao 2015).

4.3 Investimentos Chinês no mercado petrolífero brasileiro

O governo federal controla o orçamento de investimentos da Petrobras e estabelece limites para seus investimentos e endividamento a longo prazo. Em 2009 a Petrobrás tinha pela frente altos investimentos no recém descoberto pré-sal. No entanto, 73% da receita da empresa eram expressos em real, moeda que estava sofrendo grande desvalorização. Além disso, grande parte dos investimentos e despesas operacionais, e uma parte substancial das dívidas eram expressas em ou indexadas ao dólar e outras moedas estrangeiras. Para completar o cenário, a crise de 2008 também afetou negativamente o potencial de investimento da empresa (Gabrielli de Azevedo 2010).

Em 19 de maio de 2009, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) concluiu negociações com a Petrobras para um empréstimo, com prazo de 10 anos, lastreado em receita de exportação de petróleo no valor de US \$ 10 bilhões. Esse contrato de empréstimo foi uma das três transações que compreenderam o acordo de empréstimos por petróleo China-Brasil. O segundo foi um contrato de fornecimento de petróleo da Petrobras por 10 anos para a Unipet, uma subsidiária da Sinopec (150 Mbbbl/d no primeiro ano e 200 Mbbbl/d nos nove anos subsequentes). O último compromisso era entre as duas empresas nacionais de petróleo para cooperar em áreas de interesse mútuo, incluindo exploração, refino, petroquímica e fornecimento de bens e serviços (Downs 2011).

Como consequência, o endividamento bruto da Petrobras em 31 de dezembro de 2009 apresentou um crescimento de 55% em relação a 31 de dezembro 2008. As principais razões foram as captações realizadas na modalidade de Notas de Crédito à Exportação (R\$ 3.580 milhões), financiamento com o China Development Bank Corporation (US\$ 3.000 milhões) e com o empréstimo com o BNDES contratado pela Controladora, Transportadora Associada de Gás - TAG e Refinaria Abreu Lima, de R\$ 25.000 milhões, referente a cessão onerosa de títulos. Todos estes financiamentos destinaram-se, principalmente, à compra de matéria-prima, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais (Gabrielli de Azevedo 2010).

Podemos afirmar então que o crédito do CDB ajudou a financiar o ambicioso plano 2010-2014 de negócios da Petrobras, incluindo o financiamento necessário para desenvolver as enormes descobertas de petróleo da empresa no pré-sal da Bacia de Santos, na costa sudeste do Brasil. Chen Yuan, no cargo de presidente do Banco de Desenvolvimento da China, e José Sergio Gabrielli de Azevedo, no cargo de presidente da Petrobras, declararam publicamente que a parte mais difícil das negociações foi a questão de como especificar garantias para o empréstimo. Segundo Chen, a Petrobras inicialmente não estava disposta a usar as receitas de exportação de petróleo para garantir o empréstimo. No entanto, o CDB insistiu que a Petrobras usasse o dinheiro

ganho com a venda de petróleo bruto à Sinopec para garantir o empréstimo (Downs 2011).

Os investimentos chineses no setor de óleo e gás não se limitaram ao empréstimo para a Petrobrás, como se pode ver na Tabela 5. Após a visita de estado do presidente Hu Jintao ao Brasil em 2004, empresas nacionais de petróleo chinesas intensificaram os esforços para se tornarem grandes atores no setor de petróleo e gás do Brasil. Em 2004, a Petrobras e a Sinopec concluíram um acordo sobre o estudo e o desenvolvimento de oportunidades de negócios em vários campos, desde a Exploração e Produção de petróleo em águas profundas até o fornecimento de infraestrutura de petróleo e gás, bem como a indústria de refino e petroquímica. Em 2005, a Sinopec International Petroleum Service do Brasil Ltda foi fundada como subsidiária da Sinopec. Em 2006, a Sinopec foi contratada pela Petrobras para construir o primeiro trecho de 300 km do principal projeto de gasoduto Gasene (Gasoduto Sudeste-Nordeste), do estado do Rio de Janeiro ao nordeste do país. Em 2008, a Sinopec também foi contratada para outro trecho de 940 km, de Cacimbas, em Linhares (ES) a Catu na Bahia. O projeto Gasene recebeu um empréstimo de US \$ 750 milhões do CDB (International Energy Agency 2013).

Em 2010, a Petrobras e a Sinopec assinaram um acordo de cooperação estratégica, juntamente com o CDB, para uma exploração conjunta de dois anos de petróleo no Brasil. Com base nesse contrato, em 2011 foi anunciado que a Sinopec participaria com 20% dos blocos BM-PAMA-3 e BM-PAMA-8 na bacia do Pará-Maranhão pertencente à Petrobras. No futuro, a Sinopec vê a Petrobras como seu principal parceiro no Brasil. Como a China busca uma presença maior no pré-sal, a Petrobras é o parceiro operacional natural preferido, pois possui a experiência e o conhecimento do mercado local (International Energy Agency 2013).

Tabela 5: Panorama dos investimentos e cooperação chineses no setor brasileiro de petróleo e gás(International Energy Agency 2013)

Year	Chinese partner	Local partner	Value of deal (USD million)	Status	Means of market entry
2006 2008	Sinopec Corporation	Petrobras (Gasene pipeline)	1290	Completed	Contract
2008	Sinopec Corporation	Petrobras	n/a	Confirmed	Strategic partnership (Memorandum of Understanding)
2010	Sinopec Corporation	Repsol Brasil	7111	Completed	JV (60/40)
2010	Sinochem Group	Statoil ASA (Peregrino oilfield)	3070	Completed	Partial acquisition (40%)
2010	Sinopec Corporation	Petrobras (BM-PAMA-3 and -8)	undisclosed	Completed	Farm-in agreement
2011	Sinochem Group	Petrobras	n/a	Confirmed	Strategic partnership (Memorandum of Understanding)
2011	Sinopec Corporation	Petrogal Brasil	4800	Confirmed	Partial acquisition (30%)
2011	China National Petroleum Corporation	Brasil China Petroleo and Asperbras	25	Confirmed	JV (34% CNPC stake)
2012	Sinochem Group	Perenco (5 blocks in Espirito Santo basin)	undisclosed	Confirmed	Minority stake purchase (10%)
			TOTAL: 16296		

Empresas chinesas têm se destacado na aquisição de direitos exploratórios no pré-sal. A ANP realizou, no dia 07 de novembro de 2019, a sessão pública de apresentação de ofertas da 6ª Rodada de Partilha de Produção do pré-sal. As licitantes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda. arremataram em consórcio o bloco de Aram, ofertando um percentual de 29,96% de excedente em óleo para a União, bônus de assinatura de R\$ 5,05 bilhões e previsão de investimento exploratório da ordem de R\$ 278 milhões (ANP, Resultados - 6ª Rodada de Partilha de Produção - Pré-Sal 2019).

No entanto, os investidores chineses têm encontrado alguns desafios econômicos para manter seus investimentos em larga escala no pré-sal brasileiro. Os termos e condições ruins no contrato de concessão, inclusive com valores de bônus que batem recorde mundiais, dificultam o ponto de viabilidade econômica dos projetos. No entanto, tornar as condições mais atraentes para investimentos internacionais é uma tarefa quase impossível para o governo brasileiro, uma vez que o discurso liberal do Ministro da Economia Paulo Guedes encontra muita resistência tanto na base quanto na oposição. Além disso, a percepção internacional de uma iminente instabilidade política, que traria consequências econômicas, também são motivos de extrema preocupação para os investidores, agravado pelas duras críticas que a China tem recebido de integrantes do governo Bolsonaro.

4.3.1 Exportação de petróleo

O primeiro óleo produzido no pré-sal foi em setembro de 2008. A Tabela 6 demonstra que foram necessários apenas 10 anos para que a produção do pré-sal fosse responsável por mais da metade da produção nacional de petróleo, claramente classificando a reserva do pré-sal como extremamente importante para o Brasil. E o pré-sal continua crescendo em relevância: em junho de 2019, a produção foi oriunda de 99 poços, correspondente a quase 2 milhões de barris de petróleo equivalente por dia, o que representava aproximadamente 60% do total produzido no Brasil (ANP, Pré-sal se mantém como maior produtor de petróleo e gás em junho 2019).

Tabela 6: Produção de petróleo - Pré-sal e Pós-sal (mil barris) (ANP, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019 2019)

Produção (mil barris)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<i>Total</i>	711881	749952	768469	754407	738713	822928	889666	918731	956928	944117
<i>Pré-sal</i>	6756	16317	44394	62488	110538	179820	280055	372746	469913	521543
	1%	2%	6%	8%	15%	22%	31%	41%	49%	55%
<i>Pós-sal</i>	705125	733636	724075	691919	628175	643108	609612	545985	487015	422574
	99%	98%	94%	92%	85%	78%	69%	59%	51%	45%

Posterior à descoberta do pré-sal, a produção brasileira de petróleo aumentou em 230 milhões de barris por ano de 2009 para 2018. O aumento de quase 33% de volume de petróleo gerou a demanda de um novo mercado consumidor para a exportação de petróleo não processado brasileiro. Por convergência de interesses, o Brasil precisando de um novo mercado consumidor e a China precisando de segurança energética, a China foi o mercado consumidor que absorveu a maior parte do novo petróleo disponibilizado pelo Brasil. Na Tabela 7 pode-se verificar o sólido e constante aumento de exportação de petróleo brasileiro para o mercado chinês nos últimos 10 anos. Atualmente a China é isoladamente o maior importador de petróleo do Brasil, com volume de 227,6 milhões de barris (55,5% do total)(ANP, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019 2019).

Tabela 7: Destino da Exportação de Petróleo Brasileiro (ANP, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019 2019)

Exportação de Petróleo (mil barris)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
TOTAL	191859	230492	220649	200528	138978	189402	268911	291358	363748	410010
América do Norte	49811	59827	66079	63932	44409	41813	45868	34426	62226	50761
	26%	26%	30%	32%	32%	22%	17%	12%	17%	12%
<i>Canadá</i>	-	4898	6768	6871	5561	1529	1914	-	-	-
	-	2%	3%	3%	4%	1%	1%	-	-	-
<i>Estados Unidos</i>	49811	54929	59311	57061	38847	40284	43955	34426	62226	50761
	26%	24%	27%	28%	28%	21%	16%	12%	17%	12%
Américas Central e do Sul	72000	60782	58009	27843	17143	59088	80200	93158	67496	64467
	38%	26%	26%	14%	12%	31%	30%	32%	19%	16%
<i>Argentina</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	479	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	-
<i>Antilhas Holandesas</i>	-	-	767	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	0%	-	-	-	-	-	-	-
<i>Aruba</i>	1366	-	664	-	-	2863	328	1417	-	-
	1%	-	0%	-	-	2%	0%	0%	-	-
<i>Bahamas</i>	-	-	322	1890	1525	6811	13165	9380	3764	-
	-	-	0%	1%	1%	4%	5%	3%	1%	-
<i>Barbados</i>	-	464	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	0%	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Chile</i>	10421	14341	21244	9661	11179	21658	22612	29839	31161	33858
	5%	6%	10%	5%	8%	11%	8%	10%	9%	8%
<i>Colômbia</i>	-	-	-	-	-	-	-	3800	-	488
	-	-	-	-	-	-	-	1%	-	0%
<i>Ilhas</i>	-	4023	3052	-	-	-	-	-	-	-

Exportação de Petróleo (mil barris)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<i>Cayman</i>	-	2%	1%	-	-	-	-	-	-	-
<i>Panamá</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	3900	3430
	-	-	-	-	-	-	-	-	1%	1%
<i>Peru</i>	4512	2287	1700	1762	805	431	888	1696	3053	395
	2%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	0%
<i>Santa Lúcia</i>	55242	39180	29763	12384	998	13490	16746	9986	9890	6484
	29%	17%	13%	6%	1%	7%	6%	3%	3%	2%
<i>Trinidad e Tobago</i>	459	486	-	489	-	884	-	507	-	-
	0%	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	-
<i>Uruguai</i>	-	-	497	1658	2636	12951	26461	36533	15249	19812
	-	-	0%	1%	2%	7%	10%	13%	4%	5%
Europa	28102	32973	29271	28544	17564	17054	19685	29539	36454	43524
	15%	14%	13%	14%	13%	9%	7%	10%	10%	11%
<i>Alemanha</i>	1982	2905	-	464	842	494	-	-	-	-
	1%	1%	-	0%	1%	0%	-	-	-	-
<i>Croácia</i>	-	-	-	-	-	-	-	379	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	0%	-	-
<i>Espanha</i>	5289	5493	4929	4675	6025	4367	10982	16411	24575	37680
	3%	2%	2%	2%	4%	2%	4%	6%	7%	9%
<i>França</i>	210	4504	4955	7430	1215	-	0	975	-	-
	0%	2%	2%	4%	1%	-	0%	0%	-	-
<i>Holanda</i>	5573	10966	6554	8144	7513	3973	3776	5501	3313	-
	3%	5%	3%	4%	5%	2%	1%	2%	1%	-
<i>Itália</i>	-	-	-	-	-	448	-	2447	0	-
	-	-	-	-	-	0%	-	1%	0%	-
<i>Noruega</i>	-	-	293	-	-	-	-	-	0	0
	-	-	0%	-	-	-	-	-	0%	0%
<i>Portugal</i>	7829	6666	10537	7831	1969	4927	4926	2971	8566	5844
	4%	3%	5%	4%	1%	3%	2%	1%	2%	1%
<i>Reino Unido</i>	7218	2439	2002	-	-	2845	0	854	-	-
	4%	1%	1%	-	-	2%	0%	0%	-	-
África	-	-	-	-	-	-	-	-	-	982
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
<i>África do Sul</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	982
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
Ásia-Pacífico	41946	76911	67290	80209	59862	71448	123159	134236	197571	250275
	22%	33%	30%	40%	43%	38%	46%	46%	54%	61%
China	26902	58712	49807	45577	41833	39033	92093	108198	154327	227582

Exportação de Petróleo (mil barris)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	14%	25%	23%	23%	30%	21%	34%	37%	42%	56%
<i>Cingapura</i>	-	-	-	-	-	1.959	-	-	1.507	938
	-	-	-	-	-	0%	-	-	0%	0%
<i>Coreia do Sul</i>	1.003	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Japão</i>	-	939	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	0%	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hong Kong</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	1464	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	-
<i>Índia</i>	14041	17259	17483	34632	18029	29775	28913	21244	33510	19319
	7%	7%	8%	17%	13%	16%	11%	7%	9%	5%
<i>Malásia</i>	-	-	-	-	-	680	2153	987	1061	521
	-	-	-	-	-	0%	1%	0%	0%	0%
<i>Taiwan</i>	-	-	-	-	-	-	-	3807	5702	1914
	-	-	-	-	-	-	-	1%	2%	0%

Segundo a Petrobras, um dos grandes desafios na exportação de petróleo para a China é a logística. Para que o produto se torne mais competitivo, é necessário estocá-lo no destino da exportação. Dessa forma a venda pode ter os volumes dos lotes flexibilizados e prazos reduzidos. Outro impasse recente é a burocracia chinesa, uma vez que, até o final de 2014, somente as companhias estatais chinesas tinham autorização para importar petróleo, sendo que refinadores independentes são potenciais clientes do petróleo provenientes dos campos do pré-sal. Dessa forma, a abertura do mercado chinês é essencial para a consolidação do portfólio de clientes potenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações bilaterais entre China e Brasil foram impactadas fortemente depois do anúncio da descoberta do pré-sal em 2008. A China buscou a aproximação com o Brasil visando à segurança energética, tanto que atualmente importa mais de 50% do petróleo brasileiro. Já o Brasil buscou na China uma das principais fontes de investimento para o desenvolvimento dessa nova riqueza, além de um gigantesco mercado consumidor com a balança comercial positiva para os brasileiros.

Através de uma análise por fator agregado das principais mercadorias transacionadas entre os países, verificou-se a predominância de produtos manufaturados no que diz respeito às exportações chinesas para o Brasil. E no perfil da exportação do Brasil para a China constatou-se exatamente o contrário,

com predominância de produtos básicos. O desempenho de longo prazo da corrente de comércio exterior brasileira sugere que as exportações seguem uma trajetória de expansão suave e contínua, com uma importância cada vez maior do petróleo não processado.

O pré-sal colocou o Brasil em um novo patamar no mercado de energia, de importador para exportador. Os desafios tecnológicos valorizaram a Petrobras, hoje reconhecida internacionalmente por sua importância e competência. No entanto, o alto valor de investimento no desenvolvimento de novos projetos obriga ao Brasil buscar recursos externos. A política fiscal brasileira é demasiadamente complexa e excessivamente cara para os investidores externos. Dessa forma a exploração desse recurso tenta se equilibrar sustentavelmente entre a arrecadação de recursos para investimento e o pagamento de impostos.

Mesmo com todo o esforço do governo chinês, a matriz energética do país continua muito concentrada no carvão. Além de não possuir grandes reservas de petróleo conhecidas, as empresas chinesas não têm domínio técnico para a exploração desse recurso. Para garantir então a diversidade em sua matriz energética, o governo precisa investir em parcerias que nem sempre são vantajosas ou consideradas política e economicamente seguras.

O Brasil e a China possuem uma convergência natural de interesses, produção de petróleo e necessidade de arrecadação de recursos de investimento pelo governo brasileiro, e a demanda por energia com o objetivo de diversidade de fonte energética do governo Chinês.

Espera-se uma trajetória decrescente das taxas de crescimento do PIB chinês ao longo dos próximos anos, impactado pelas mudanças necessárias para a reestruturação de seu modelo. A redução da demanda do país continuará a afetar os preços internacionais das commodities e a balança comercial do Brasil. Dado o grande papel da China como parceiro comercial do Brasil, é provável que o menor crescimento chinês tenha impactos negativos, ou não tão positivos, sobre a economia brasileira nos próximos anos.

Nesse aspecto, a expectativa para os próximos anos é de desaquecimento da economia brasileira, uma vez que somada a diminuição da demanda chinesa, não se espera uma elevação nos preços das commodities.

6 Referências

- ANP. 2019. “Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019.” Rio de Janeiro.
- ANP. 2019. “Pré-sal se mantém como maior produtor de petróleo e gás em junho.” Acesso em 27 de Fevereiro de 2020. <http://www.anp.gov.br/noticias/5290-pre-sal-produtor-petroleo-gas>.
- . 2019. *Resultados - 6ª Rodada de Partilha de Produção - Pré-Sal*. 7 de Novembro. Acesso em 29 de Fevereiro de 2020. <http://rodadas.anp.gov.br/pt/6-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal/resultados-1p6>.
- Barbassa, Almir Guilherme. 2007. 8 de Novembro. Acesso em 1 de Fevereiro de 2020. <https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/7675/c-7675-ptb.html>.
- Bijos, Leila. 2016. “The Brazil Contemporary Foreign Policy – Challenges in the 21st Century.”
- Carmo, Corival Alves do. 2013. “A América do Sul, a China e as contradições da política econômica externa do Brasil.” Em *Relações Internacionais Olhares cruzados*, por Corival Alves do Carmo, Érica C. A. Winand, Israel Roberto Barnabé e Lucas Miranda Pinheiro, 129-161. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Cascaldi Garcia, Leandro Henrique. 2011. “A reestruturação do setor elétrico brasileiro e a creise do racionamento (1981-2002).” Monografia em Economia pela faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Cedro, Rafael Rosa. 2014. “A estratégia do pré-sal como política de desenvolvimento nacional.” *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO*, jan.-jun: 105-117.
- Costa, Fabiana Kenia Silva, e Talles Girardin de Mendonça. 2017. “Evolução do Comércio Bilateral entre Brasil e China: Análise das Relações Comerciais.” *Revista Economia e Desenvolvimento*, Julho - Dezembro: Edição 29, vol 2.
- Downs, Erica. 2011. “Inside China, Inc: China Development Bank’s Cross-Border Energy Deals.” John L. Thornton China Center Monograph (Number 3), Washington,.

- Gabrielli de Azevedo, José Sérgio. 2010. “Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2009.” Assembléia Geral Ordinária, Rio de Janeiro.
- International Energy Agency. 2013. “Energy Investments and Technology Transfer Across Emerging Economies - The Case of Brazil and China.” www.iea.org.
2019. *International Monetary Fund*. Outubro. Acesso em 29 de Fevereiro de 2020.
<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/02/weodata/weorept.aspx?sy=1980&ey=2024&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=54&pr1.y=14&c=512%2C668%2C914%2C672%2C612%2C946%2C614%2C137%2C311%2C546%2C213%2C674%2C911%2C676%2C314%2C548%2C193%2C556%2C122%2>.
- IPEA. 2011. “As Relações Bilaterais Brasil - China a ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil.” 8 de Abril.
- Jobim, Nelson. 1995. *Presidência da República - Casa Civil*. 13 de Fevereiro. Acesso em 27 de Fevereiro de 2020.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm.
- Liao, Si. 2015. “Parceria Brasil-China: A Questão do Petróleo.” Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PUC-SP, UNESP e Unicamp), São Paulo.
- Lowenthal, Abraham F., e Hannah M. Baron. 2015. “Cap 1 A Transformed Latin America in a Rapidly Changing World.” Em *Routledge Handbook of Latin America in World*, por Edited by Jorge I. Domínguez and Ana Covarrubias, 50-78. New York: Routledge.
- Ministério das Relações Exteriores. 2020. Acesso em 2 de Fevereiro de 2020.
<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-avancada>.
- Ministério das Relações Exteriores. 1998. “Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.” Acesso em 28 de Fevereiro de 2020. <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-avancada>.
- Ministério das Relações Exteriores. 2009. “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da China sobre Petróleo, Equipamento e Financiamento.” Acesso em 28 de Fevereiro de 2020. <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-avancada>.

- Ministério das Relações Exteriores. 2010. “Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014.” Acesso em 20 de Fevereiro de 2020. <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-avancada>.
- OECD. 2017. *Observatory of Economic Complexity*. Acesso em 15 de Fevereiro de 2020. <https://oec.world/en/>.
- Petrobrás. 2007. “Relatório Anual.” WWW.PETROBRAS.COM.BR.
- Rezende, Iris, Raimundo Brito, e Luiz Carlos Bresser Pereira. 1997. *Presidência da República - Casa Civil*. 6 de Agosto. Acesso em 12 de fevereiro de 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm.
- Rousseff, Dilma Vana. 2004. *Presidência da República - Casa Civil*. Vers. LEI Nº 10.848. 15 de Março. Acesso em 28 de Fevereiro de 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.848.htm.
- The World Bank. 2014. *IEA Statistics*. Acesso em 22 de janeiro de 2020. <https://www.iea.org/t&c/termsandconditions/>.
- s.d. “United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC).” Acesso em 18 de Agosto de 2019. <https://www.cepal.org/en>.
- Vadell, Javier. 2011. “A China na América do Sul e as implicações Geopolíticas do consenso do pacífico.” *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 19*, 151-154 .
- Vasconcellos, Paulino Cícero de. 1993. *Presidência da República - Casa Civil*. 4 de Março. Acesso em 27 de Fevereiro de 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8631.htm.
- Vieira Santana, Carlos Henrique. 2015. “Políticas de Infraestrutura Energética e Capacidades Estatais nos BRICS.” Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília.